



EIXO TEMÁTICO:

Compartilhamento da Informação e do Conhecimento

ESTUDO SOBRE O CONCEITO DE NEGOCIAÇÃO CULTURAL NOS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

STUDY ON THE CONCEPT OF CULTURAL NEGOTIATION IN THE PROCESSES OF MEDIATION AND APPROPRIATION OF INFORMATION

Amanda Leal de Oliveira (USP) - amanleal@gmail.com

Resumo: Este artigo tese tem por objetivo contribuir para a definição e desenvolvimento do conceito de "negociação cultural", compreendido como categoria teórico-metodológica orientadora de processos de mediação voltados à apropriação da cultura escrita. Os resultados mostram que, reconhecendo e incorporando a seus conceitos e processos os conflitos provocados pelas divergências e/ou assimetrias existentes entre os diferentes sujeitos, grupos, segmentos, categorias, matrizes socioculturais (leitores/não-leitores, tradição oral/cultura escrita), os dispositivos informacionais, mais que instâncias de controle e/ou de difusão, são instâncias de negociação cultural, envolvendo sujeitos, textos e contextos em processos ativos, complexos e afirmativos de apropriação de informação e cultura, incluída aí - mas não exclusivamente - a cultura escrita. O conceito de negociação cultural aponta, portanto, para perspectivas novas, tanto em relação à apropriação da cultura escrita, como da cultura em geral. Dá mostras, ao mesmo tempo, de poder contribuir para a redefinição indispensável de práticas e conceitos de mediação cultural e seus paradigmas.

Palavras-chave: Mediação. Apropriação. Informação. Negociação cultural. Cultura escrita.

Abstract: This article aims to contribute to the definition and development of the concept "cultural negotiation", understood as a theoretical-methodological category guiding the mediation processes used to suit the written culture. The results indicate that by acknowledging and incorporating their concepts and processes, the conflicts caused by divergences and/or asymmetries between the different individuals, groups, segments, categories, sociocultural matrix (readers/non-readers, oral tradition/written culture), the studied devices, rather than instances of control and/or dissemination, they are instances of cultural negotiation involving subjects, texts and contexts in active, assertive and complex processes of information and cultural appropriation, including - but not exclusively - written culture. The concept of cultural negotiation, therefore, points out to new perspectives concerning written culture, as well as cultural appropriation as a whole. Simultaneously, it indicates to be able to contribute to redefine essential practices and concepts of cultural mediation and its paradigms.

Keywords: Mediation. Appropriation. Information. Cultural negotiation. Writing culture.

1 INTRODUÇÃO

Há muito tempo os processos de encontro entre diferentes sujeitos e práticas socioculturais – e os resultados daí decorrentes - têm sido alvo de amplos debates nos circuitos científicos, assim como, especificamente, nos campos da Ciência da Informação, Antropologia e Educação, destacando-se, por exemplo, os estudos de Peter Burke (2010), Max Butlen (2008), Pierre Bourdieu (2007), Bruno Latour (2000), Roger Chartier (1999), Nestor Canclini (1997), Paulo Freire (1982), entre outros. Nossos estudos pretendem participar dessas reflexões que se dedicam à melhor compreensão das relações culturais, tendo como foco privilegiado os processos de apropriação da informação escrita, ou seja, a construção de significados pelo sujeito em relação com uma modalidade da linguagem - e os complexos processos que envolvem a apropriação de uma cultura.

Desde 1999, atuamos em organizações não-governamentais e públicas, procurando criar situações de encontros prazerosos entre as pessoas e a literatura, sem as exigências de apreensão obrigatória de conteúdos predeterminados, de alfabetização e avaliação que, com frequência, marcam a relação entre pessoas e livros.

A experiência profissional no campo da “mediação de leitura” dizia-nos que as ações e concepções implicadas nessa prática atrelavam-se principalmente à ideia de que mediar é transmitir algo para o outro, construindo pontes entre as pessoas e algo ou alguém que lhes é estranho: atuávamos na mediação entre a literatura e jovens, professores, educadores sociais, estudantes, procurando transmitir o prazer que a leitura de um texto poderia proporcionar.

A partir da realização da dissertação de mestrado, defendida em 2009, pudemos aprofundar as discussões sobre dispositivos dialógicos de mediação cultural (FOUCAULT, 1984; PIERUCCINI, 2004) visando à sua apropriação (CHARTIER, DEL PRIORI, 1999; CERTEAU, 1994; SERFATY-GARZON, 2003; BUTLEN, 2008) e não à sua “assimilação” pelos diferentes públicos.

A continuidade dos trabalhos de pesquisa levou-nos, a partir de 2010, ao processo de doutoramento (2010-2014), realizado com bolsa CAPES, também no Departamento de Ciência da Informação/ECA-UP e também à França¹, onde

¹ Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), 2012.

realizamos um estágio de 12 meses na Université de Cergy-Pontoise, sob orientação do Professor Dr. Max Butlen, especialista em bibliotecas públicas e apropriação da informação. Acompanhamos por dez meses o trabalho cotidiano da biblioteca pública francesa “Louise Michel”, localizada em um bairro popular de Paris, com forte incidência de imigrantes.

Observávamos os desafios da mediação para apropriação da cultura escrita, pois, novamente, essa se colocava como experiência fragmentada da vida cotidiana e da memória cultural dos imigrantes e mais, experiência que impõe habilidades, competências, atitudes, concepções e valores ligados a grupos específicos e socialmente hegemônicos, sem considerar outros sujeitos e outras modalidades culturais².

Existiria, assim – esse é o pressuposto desse artigo - uma diferença crucial entre o conceito e a prática da mediação cultural que intervém para promover a cultura escrita e assimilar populações afastadas dessa modalidade em um circuito consagrado e, por outro lado, uma intervenção legitimada, no sentido de criar condições de interlocuções diversas entre diferentes leitores e leituras, entre realidades sociais, culturais e pessoais diversas e dinâmicas.

Nesse sentido, não é possível desconsiderar os conflitos provocados pela divergência e/ou assimetrias entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e os processos de acesso, mediação e apropriação da informação contemporânea, e torna-se fundamental, especialmente à área da Ciência da Informação, aprofundar-se na compreensão do conceito de mediação cultural e, especialmente, de “negociação cultural”, no sentido de favorecer a construção de dispositivos que enfrentem os desafios da informação atuais, voltados à construção de uma sociedade mais democrática, plural, que articule políticas de direitos à apropriação cultural.

2 MEDIAÇÃO CULTURAL

A noção de mediação cultural vem ganhando interesse crescente nos campos da Informação, da Educação e da Cultura, em várias partes do mundo. Esse

²A tese, defendida em 2014, no PPGCI-ECA/USP, relaciona dois dispositivos informacionais no Brasil e um da França.

crescimento, por um lado, reflete uma preocupação importante das áreas, dado que sua utilização indica caminhos teórico e práticos promissores aos campos aos quais está vinculado. Por outro lado, o uso indistinto do termo, assim como sua polissemia, podem não revelar a complexidade das discussões que o envolvem, assim como seus desafios. Nesse sentido, esse projeto de pesquisa pós doutoral pretende, no quadro histórico e cultural em que nos encontramos, propor novas leituras dos fenômenos informacionais, educacionais e culturais, conferindo centralidade aos processos de mediação cultural voltados à apropriação

Retomando os princípios assinalados por Vygotsky (1996)³, sabemos hoje que toda aprendizagem (tal como apropriação), ainda que pessoal, processa-se em uma relação interativa entre o sujeito e a cultura em que se vive. Isso significa dizer que, simultaneamente aos processos pessoais de elaboração cognitiva, há sempre um meio que não só fornece informações específicas ao sujeito, como também opera dando sentido e “concretude” ao que é recebido, oferecendo possibilidades efetivas de aprendizagem no e com uso dos signos nas situações da vida. Entre os sujeitos e a significação há sempre, portanto, inúmeros mediadores implicados no processo.

No campo específico da Ciência da Informação, a noção de mediação cultural vem ampliando seus alcances e conquistando posição de destaque nos discursos e práticas da área voltados à apropriação (BUTLEN, 2008; PERROTTI, 2016), embora seja possível evidenciar certa multiplicidade de sentidos no uso do termo que acaba por defini-lo de modos nem sempre convergentes (MALHEIROS, 2010). Dufrene e Gellereau (2004), Davallon (2004), Jeanneret (2005), Caune (1999a; 1999b) referem-se à “opacidade” que a noção oferece, por remeter a numerosas práticas do campo cultural, sem contar os usos em áreas como a jurídica, a religiosa, a educacional, a das relações internacionais, dentre outras. Tal “opacidade”, no entanto, necessita ser enfrentada no terreno científico, considerando-se que para tornar-se operatória, a noção deve ganhar objetividade e precisão, condição para atingir nível teórico, além de reconhecimento científico.

A palavra “mediação”, de acordo com Lalande (1993), procede do adjetivo inglês “*mediate*” (embora se admita também a vinculação com o francês “*media*” e,

3 Vygotsky define a estrutura psíquica humana como extremamente complexa, sendo esta o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre a história individual e história social dos indivíduos (VYGOTSKY, 1996, p. 40). Esse teórico buscou uma abordagem que sintetizava o homem como ser biológico, histórico e social, considerando o sujeito inserido na sociedade e, sendo assim, sua abordagem foi orientada aos processos de desenvolvimento do ser humano com ênfase na dimensão sócio-histórica e na interação do homem com o outro no espaço social.

em seguida, “*médiation*”), do qual se originou o substantivo “*mediation*” e seus derivados, como “*intermediation*” (SIGNATES, 2012).

Procedente do latim “*mediare*” – dividir ao meio, ocupar uma posição média - a palavra aparece em dicionário especializado (Lalande, 1993) como ação de servir de intermediário entre dois termos ou dois seres.

Martín-Barbero (1987), evidenciou o termo em seus estudos aplicados à cultura, enfatizando a ideia de mediação tal como “lugar de significação”, Esta posição influenciou os estudos na área na América Latina e, especialmente, no Brasil.

Ainda que seja um dos principais autores responsáveis pela evidência e consolidação do termo nas ciências sociais, Martín-Barbero (1987) não se dedicou rigorosamente em sua delimitação conceitual. Essa crítica é feita mesmo por estudiosos que se baseiam nele, como é o caso de Orozco Gómez (1994, p. 74), que afirma, sem rodeios, que “[...] *sin embargo, Martín-Barbero no há elaborado el concepto de mediación en términos más concretos*”.

A admissão dessa lacuna não implica reduzir a importância de Martín-Barbero para os estudos culturais e muito menos do próprio conceito de mediação para a área; ao contrário, o autor possibilita, juntamente com outros pesquisadores, refletir sobre suas diferentes concepções, na busca por sua construção teórica e prática.

Para o autor, mediações são os lugares de interações entre o receptor e o produtor, “*constituindo-se como olocus que propicia o consumo diferenciado aos diversos receptores dos bens simbólicos, de forma a produzir e reproduzir os significados sociais*”. (MARTÍN-BARBERO, 1987, p. 233). Compreende-se, desse modo, que mediação é o conjunto de fatores que estrutura, organiza e reorganiza a percepção e apropriação da realidade nas relações entre emissor e receptor. Para o autor, a informação nunca atinge diretamente o sujeito sem antes passar por esse *locus* composto de valores, outras informações, outras fontes de informação, enfim, o contexto histórico, pessoal e social no qual se encontra o sujeito.

Sendo o conjunto de mediações um ordenador de apropriações distintas da recepção, ele funciona como uma “lente”. As mediações socioculturais constituem-se em parte ativa dos processos de significação, atuando no modo como o receptor vê/lê um determinado produto televisivo (ou um fato social), da mesma forma que são influenciadas pelos modos de ver... Assim, o autor rompe como uma visão de sociedade homogeneizada, vítima indiscriminada dos meios de comunicação de

massa, para evidenciar como as mediações dos receptores são sempre ativas e diferentes entre si, pois envolvem outras mediações em relação direta e dinâmica.

Martín-Barbero (1987), sem dúvida, foi um importante autor no sentido de problematizar os processos de significação evidenciando tanto os processos afirmativos dos sujeitos, como a importância das mediações – estruturas, lugares e outros sujeitos – implicados diretamente nos processos de apropriação da informação e da cultura, tal como ocorrera com a “estética de recepção” da Escola de Constança que rompe com as “estéticas da produção”, assim como com as concepções frankfurtianas de “indústria cultural”, concebida como aparato sociocultural todo-poderoso que vitimaria o público das mídias audiovisuais, sobretudo.

Segundo Almeida Jr. (2009, p. 91) o termo tem sido usado na área sem um conceito específico que o defina:

Como em muitos outros casos os textos sobre o tema – ou que, de alguma maneira o abordam – consideram seu conceito intuitivamente assimilado, apreendido e compreendido. [...] Numa conceituação implícita, proveniente da intuição, na concepção da maioria dos que escrevem e estudam o tema, a mediação da informação passa a fazer parte dos discursos dos profissionais da informação, mas sem que embase suas práticas. Ao contrário, estas são dissociadas da teoria, uma vez que não está ela, a teoria, articulada, organizada, sistematizada e explicitada.

Nesse sentido, o autor aponta como o senso comum vem definindo o conceito e a prática da mediação como uma “ponte” que permite a relação entre dois pontos que, de alguma forma, estão impedidos de interagir. Mas o próprio autor evidencia como essa imagem é inapropriada, pois cultiva a ideia de dois pontos fixos, imutáveis, referências que não se aplicam aos sujeitos, textos e contextos (em identidades complexas, dinâmicas, relacionais, tais como anteriormente explicitado).

No mesmo sentido, essa concepção da mediação como “ponte” é insuficiente, pois entende a mediação como um canal de transmissão neutro, que nada faz além de levar algo de um lado a outro, como se o próprio meio não causasse interferência no processo informacional, tal como apontava Martín-Barbero (1987).

Analisando nosso quadro planetário de produção, circulação e recepção da informação – que tem sido definido como “era da informação” (CASTELLS, 1999), “cibercultura” (LÉVY, 1999) ou, ainda, “cibermundo” (VIRILIO, 2000) –, a questão da mediação é recolocada, já que se multiplicaram e se diversificaram os processos e relações dos sujeitos com as informações – que passam a ser crescentemente

relações também entre sujeitos e máquinas. Caracterizada pela presença maciça das tecnologias informacionais, nossa era amplia as formas de acesso, circulação e mediação dos signos, mas não, necessariamente, as de apropriação.

Ao considerar esse aspecto, Pieruccini (2004, p. 163) reflete sobre a problemática contemporânea e suas implicações para a busca significativa de informações:

A mediação da informação, na contemporaneidade, passa por processos tão revolucionários quanto aqueles originados pelo advento das “antigas” tecnologias de registro e circulação, não apenas com intensidade certamente mais contundente, em razão da natureza e da abrangência que as tecnologias eletrônicas permitiram (sobretudo depois da Segunda Guerra), mas também face às estruturas e circuitos pelos quais a informação passa a ser organizada e mediada. O novo quadro de desenvolvimento de tecnologias, portanto, não significa tão somente a concorrência de meios atualizados de transporte de informação a distância. Trata-se do estabelecimento de uma nova ordem histórica mundial, de concepções, modos e recursos de configuração da sociedade e da informação, transformada em produto no mercado internacional, ou em armas ideológicas dos Estados. *Mediatizada* por meio das novas técnicas e tecnologias eletrônicas de registro, circulação e recepção, a informação ganhou territórios antes inalcançáveis, lançando mão dessas instâncias de mediação que modificam extraordinariamente a relação entre sujeitos, conhecimento e memória social.

Os autores referenciados nos levam, assim, a compreender a mediação como categoria fundamental na relação entre sujeitos e signos; em outros termos, como elemento sempre presente nos processos culturais, mas que se define em relação aos quadros, contextos, sujeitos em situações e paradigmas histórico-culturais nos quais se inscreve.

Nesse sentido, torna-se fundamental o aprofundamento da compreensão dos paradigmas que norteiam e legitimam as práticas de mediação. Perrotti (2016), Perrotti e Pieruccini (2007), já expuseram os alcances e limites dos paradigmas da mediação que nomearam de “conservação” e “difusão cultural”⁴.

4 Segundo os autores, um exemplo clássico e ilustrativo do Paradigma da Mediação como Conservação Cultural é dado por Umberto Eco, no romance O nome da Rosa. O acesso ao conhecimento era restrito e os “mediadores” tinham como missão “proteger” as obras, servindo praticamente como “entraves” aos curiosos leitores. Já no paradigma da Difusão, diferentemente da biblioteca labiríntica, os dispositivos culturais definiram-se em sentido oposto, ou seja, como instâncias de difusão cultural que objetivam os ideais iluministas de acesso de todos à informação e à cultura. Tais paradigmas, segundo os autores, revelam como limitações o controle das obras e do que é definido como conhecimento e cultura.

2.1 A NECESSIDADE DE UM NOVO PARADIGMA FRENTE AOS DESAFIOS DOS CONTEXTOS DESIGUAIS E HETEROGÊNEOS: O ENCONTRO COM O “OUTRO”

Em *Pour une éthique de la médiation*, Jean Caune (1999), por sua vez, faz uma crítica aos modos como a mediação cultural foi tratada tanto como fenômeno quanto como conceito e considera que o que está sendo chamado de mediação, de fato, não o é, pois, ainda que as compreensões sobre o termo tenham levado a caminhos importantes e diferentes e sejam, sem dúvida, bastante diversas entre si, todas elas, segundo o autor, têm em comum o fato de não reconhecerem que a mediação não cria uma relação, ela é a experiência da relação entre um sujeito da palavra (*sujet de parole*), os suportes materiais de sua expressão e um interlocutor que divide com eles um mundo de referências, quer dizer, uma cultura.

Caune retorna ao mito da Torre de Babel para evidenciar as consequências da não distinção clara do que seja mediação. Segundo o autor, em *Gênese*, versículo 11, antes de os homens de Babel decidirem construir uma cidade e uma torre que tocaria o céu, “toda a terra possuía uma só língua e as mesmas palavras”. Depois ver a cidade e a torre, Deus decide separar as línguas uma das outras, a fim de impedir os homens de cederem aos seus impulsos coletivos de executarem ações coletivas sem projeto refletido.

A confusão dos homens, segundo o autor, reside justamente na “[...] ambição de transformar a relação ética e simbólica com Deus “em uma relação de contato” (Caune, 1999, p. 13). Subir à altura do céu é querer anular a separação entre os homens e Deus. Essa busca – ser igual a Deus – representaria uma total identificação – uma negação do homem em reconhecer as diferenças entre eu e o outro. Entre os homens e Deus existia uma distância que é, segundo Caune (1999, p. 14), “justamente aquela que permite uma relação”. A falta do distanciamento, de separação, de reconhecimento de si e do outro, impede a relação: “A indistinção entre si e o mundo, a identificação do sujeito com sua comunidade, a negação do corte entre a palavra e a coisa transforma linguagem em instrumento, a imagem em ídolo, o templo ou edifício em objeto de adoração”, afirma Caune (1999, p. 15).

A lição de Babel, alerta o pesquisador, é a afirmação das necessárias mediações entre o ser do homem e seu mundo de pertencimento. As mediações que devem, a todo custo, *atuar para manter esse espaço entre si e o mundo, a heterogeneidade*.

A mediação, nesse sentido, não é uma experiência para construir torres cada vez mais altas onde, por elas, possamos “transformar em um só” seres e experiências que são diversos, separados, “outros”. Ao contrário, seu desafio é justamente a necessidade de se manter ou criar uma relação, um elo – um link – entre si mesmo e o mundo, entre eu e o outro, conservando a relação, mas também as diferenças, evitando que os termos se confundam (CAUNE, 2014).

Nessa abordagem, que o próprio autor considera um “convite à mudança de paradigma”, a mediação cultural não é em nada um terceiro que viria se inserir na dupla sujeito/informação para estabelecer um contato, facilitando o processo de distribuir ou circular informações definidas. A mediação é a relação ternária que permite conectar três discursos, três dispositivos, três *paroles* diferentes (Caune, 1999).

Considerando os contextos heterogêneos econômica, social e culturalmente e os desafios dos dispositivos de mediação e apropriação da informação atuais, a questão central é, pois, compreender maneiras de reconhecer e desenvolver instituições/dispositivos que permitam deixar abertas essas parcerias e as relações de significado que promovem.

2.2 A NEGOCIAÇÃO CULTURAL

O termo “negociação” aparece em textos dos mais diferentes autores, especialmente entre aqueles mais contemporâneos e que se dedicam aos estudos culturais, tais como Edgar Morin (2002), Stuart Hall (1999), Zygmunt Bauman (1999; 2001), Michèle Petit (2008), para citar nossas principais referências. Na maioria dos autores estudados, o vocábulo remete, quase sempre, à experiência dos contatos culturais que, na diferença, procuram, contudo, soluções de convivência.

Nesses e em nossos estudos, o conflito aparece, portanto, como demonstração e abertura para que diversidades possam se expressar e estar em relação, evitando-se assim a indiferença ou a violência. Seguindo tal compreensão, procuraremos, então, compreender o significado dado ao termo negociação na literatura que dele se ocupa ou utiliza, procurando relacioná-lo às questões culturais

Derivada de “*negotium*” [neg-otium], o “não ócio”, negociação apresenta sempre uma dimensão de ação, movimento, atividade. No dicionário (FERREIRA, 1987) o termo é definido como: 1. Ato ou efeito de negociar. 2. Contrato, ajuste. 3.

Discussão de um assunto de interesse comum entre agentes autorizados. 4. Negócio.

Na sua primeira acepção, o termo é frequentemente associado a transações comerciais de compra e venda de produtos. Daí ser tido por muitos como sinônimo da barganha, da “pechincha”; negocia-se com o vendedor o preço do eletrodoméstico, negocia-se como jeito de tirar alguma vantagem para si da relação. O termo possui também um sentido na área jurídica (“contrato, ajuste”), referindo-se à busca de acordos, pressupondo que as partes estejam correspondidas em interesses ou responsabilidades. Casais em separação negociam seus bens; funcionário e patrão, o melhor período para as férias e assim por diante.

Mas, se a primeira imagem envolve negócios comerciais e acordos, contratos, entre outros assuntos empresariais e jurídicos, podemos associar negociação, também, a outras práticas cotidianas: negocia-se em casa o programa de televisão que será visto na TV, o horário dos filhos irem para cama, a melhor noite para um jantar com amigos e muitas outros aspectos da vida cotidiana. A negociação é, portanto, um termo amplo e seu uso refere-se a diferentes situações da vida em sociedade.

Edgar Morin, ao falar sobre a teoria da complexidade, afirma que procura evidenciar “[...] *o trabalho de um pensamento que sabe que nunca poderá fugir da negociação com a incerteza, que é um ingrediente da complexidade*”. (MORIN, 2002, p. 163). E completa: “Acredito que seja preciso negociar com a incerteza e não submergir por ela” (MORIN, 2002, p. 163. grifo nosso).

O pesquisador utiliza a negociação como ação (o trabalho) do pensamento no sentido de “considerar”, “interagir”, com a incerteza, em oposição à falta de escolha, à “submersão”. Vemos aqui como não se negocia apenas objetos ou propriedades, mas também ideias.

Em sentido semelhante parece usar o sociólogo Bauman (1999, p. 8), quando se refere ao termo para expor a condição das minorias (os “locais”) em um mundo globalizado:

Todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento. Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança. E, no entanto, os efeitos dessa nova condição são radicalmente desiguais. Alguns de nós tornam-se plena e verdadeiramente globais; alguns se fixam na sua localidade – transe que não é nem agradável nem suportável em um mundo em que os

“globais” dão o tom e fazem as regras do jogo da vida. [...]. Os desconfortos da existência localizada compõem-se do fato de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar a negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam – chega dos sonhos e consolos comunitaristas dos intelectuais globalizados.

A escritora nigeriana Chimamanda Adichie afirma essa utilização quando problematiza algumas das consequências dos processos de colonização no continente africano: “[...] *a grande tragédia do mundo pós-colonial não é não ter dado à maior parte a chance de dizer se queria ou não esse novo mundo; a grande tragédia é que a maioria não recebeu as ferramentas para negociar nesse novo mundo*” (ADICHIE, 2008).

Chimamanda e Bauman parecem usar o termo como sinônimo de “enfrentar” ou “disputar” com o outro seus próprios interesses. E a escritora fala em “ferramentas para negociar”, apontando também uma dimensão operacional do ato.

Stuart Hall (1999, p. 87), debruçado sobre a problemática da construção da identidade na pós-modernidade, chama-nos a atenção para o fato de que, em toda parte, “estão emergindo identidades culturais que não são fixas”, mas, pelo contrário, “estão suspensas, em transição, entre diferentes posições”; essas identidades “retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais”; além disso, elas “são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado”. Dessa forma, se isso pode levar a pensar na identidade como destinada a retornar a suas “raízes” ou a desaparecer através da assimilação e da homogeneização, Hall aponta outro caminho: “negociar com as culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades”. Para o autor, as pessoas “devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas” (HALL, 1999, p. 88-89).

A antropóloga Michèle Petit, por sua vez, ao falar sobre jovens provenientes de famílias não leitoras, mas entre os quais a leitura vai adquirindo um sentido significativo, coloca a negociação em oposição à ruptura: “A diferenciação de seus ambientes de origem, quando ocorreu, quase nunca assumiu a forma de uma ruptura [...] Quase sempre, ao contrário, esses jovens se empenharam em negociar esta evolução, esta mudança, sem causar muito dano” (PETIT, 2008, p. 87).

Em outro momento, Petit (2008) também afirma: “Ler, no campo, pressupõe

muitas vezes transgredir esses interditos, seja negociando com eles, seja usando de astúcia, frente a valores que, durante séculos, deram sentido à vida [...]” (PETIT, 2008, p. 107).

Nesse caso, a antropóloga diferencia negociar de “usar a astúcia para transgredir”, sentido que parece afastar a negociação daquele de “barganha”.

Sem especificar o que entendem exatamente por negociação, Edgar Morin, Zygmunt Bauman, Stuart Hall e as escritoras Michèle Petit e Chimamanda Adichie, fazem o que encontramos em muitos outros textos e autores de diversas áreas, científicas ou não: utilizar o termo “negociação” baseado no senso comum, em que negociar aparece como sinônimo recorrente de verbos de sentidos muitas vezes próximos, mas também variados, como “dialogar”, “considerar”, “pechinchar”, “ouvir o outro lado”, “disputar”, “conciliar”, “conversar”.

O uso corrente do termo, se, por um lado, revela sua abrangência, por outro, sua polissemia é um dos pontos que, a nosso ver, pode afetar a possibilidade de reconhecermos o que de novo e específico traz a negociação como conceito teórico e operatório aplicado à cultura, fundamental (esta é nossa tese), nos processos de mediação e apropriação da informação.

2.2.1 A negociação: uma estratégia para relações duradouras

A Escola de Administração e Direito de Harvard, com o Programa de Negociação (PON)⁵, consórcio com o Instituto de Tecnologia de Massachusetts e da Universidade de Tufts, fez ampliar enormemente o interesse e os estudos sobre a área, inicialmente no campo da administração e do direito, mas depois, como veremos, em diferentes áreas do conhecimento, com diferentes pesquisadores. Teóricos daquela escolar evidenciaram que, quando uma das partes sai em desvantagem de uma negociação, a repercussão disso pode, com efeito multiplicador, provocar danos muito maiores ao negócio, às pessoas, ao país ou às regiões envolvidas, prejudicando acordos em futuras negociações ou mesmo fora delas. A escola enfatizou na negociação uma estratégia de compor um relacionamento mais duradouro, mediante a colaboração entre partes, que, se

⁵Centro de pesquisa interdisciplinar dedicado a desenvolver a teoria e a prática de negociação e resolução de conflitos em uma variedade de locais públicos e privados. A missão da PON inclui “nutrir a próxima geração de professores e estudiosos de negociação, ajudando os alunos a se tornar negociadores mais eficazes e proporcionar um fórum para a discussão de ideias. Mais informações em: <<http://www.pon.harvard.edu>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

apresentam interesses divergentes, possuem algo em comum, evidenciado pela relação que os colocou em contato.

Para esses estudiosos:

Negociação é o processo de discussão entre dois ou mais disputantes que procuram encontrar uma solução para um problema comum, aquele que atenda às suas necessidades e interesses de forma aceitável. Aprender a ser um negociador hábil pode ajudá-lo a fazer negócios, resolver problemas, gerenciar conflitos e preservar relacionamentos. (NEGOTIATION Skills, s/d.)

Follett, pesquisadora na área de gestão, ainda que alimentada por concepções instrumentais, irá distinguir a negociação de dominação e de conciliação, apontando que dominação é o resultado da vitória de um lado sobre o outro; conciliação é a chegada a um ponto de equilíbrio em que cada lado cedeu um pouco, a fim de que a atividade interrompida pelo conflito possa ter continuidade. A negociação, por sua vez, segundo a autora: se dá “quando dois desejos são integrados; isso significa que uma solução foi encontrada, em que ambos encontraram um espaço. Nenhum lado teve de sacrificar coisa alguma”. (FOLLETT, 1997, p. 156).

Leininger (1987)⁶ transpôs o conceito de negociação para a área da saúde, procurando promover discussões acerca das relações necessárias entre o sistema de saúde oficial e os pacientes provenientes de diferentes culturas. Ao considerar que cuidar é ato fundamental na preservação da espécie humana e dever do sistema de saúde, a autora reconhece, todavia, que são diferentes os modos como as culturas se reconhecem nesse processo e atualizam suas práticas. Partindo do fato de que existe um sistema de saúde organizado, formalmente reconhecido e oferecido nas instituições de atendimento públicas, a autora debruçar-se-á sobre as negociações culturais que devem ser realizadas entre as enfermeiras e os diferentes pacientes que atendem, a fim de que, de fato, o tratamento de saúde tenha repercussões positivas durante o processo de cuidados médicos.

A autora objetiva, principalmente, refletir sobre os resultados de um processo unilateral no que se refere às práticas de saúde. Em uma relação de imposição, apenas uma das partes possui voz, cabendo à outra obedecer. A autora destaca como as práticas culturais de cuidado podem ser complementares mais do que excludentes e, por isso, “[...] a melhor maneira de estas se efetivarem é a negociação, uma vez que, nesta, as partes se expressam, apresentam seus pontos

⁶Madeleine Leininger, norte-americana, professora de enfermagem. Desenvolveu o conceito de enfermagem transcultural.

de vista, refletem e, a partir daí, constroem o melhor encaminhamento a ser dado ao tratamento” (LEININGER , 1987, p. 122).

Nesse caso, a autora não se restringe à negociação como estratégia, criando o conceito de “enfermagem transcultural” (*transcultural nursing*), procurando trazer à tona também o sentido essencial da negociação: um novo modo de compreensão da atuação na área da saúde, fruto da integração entre saberes e fazeres de cada local – e de cada parte – em relação com o sistema de saúde oficial dos Estados Unidos.

2.2.2 Negociação: um valor

A negociação aqui já não é somente estratégia, mas valor relacional a ser cultivado. Esse aspecto nos parece fundamental na definição do conceito de negociação cultural, pois, além de incluir o conflito (as diferenças) como parte natural das relações sociais, considera a possibilidade de se criar um “terceiro espaço” – a terceira margem – para além do eu e do outro que negociam. O resultado da negociação é focado portanto na “soma” resultante da transação das partes; torna-se um “valor” construído dessa cooperação. Nesses casos, além dos resultados, do “produto”, é o próprio “processo” que justifica uma negociação

Desse modo, autores que superam a visão instrumental ou meramente estratégica, metodológica, da negociação, ajudam-nos a compreendê-la como um processo que, para além de conquistar resultados específicos para um lado ou outro, pretende também “gerir no tempo um acordo” (THUDEROZ, 2000), visando constituir uma nova ordem social, que Strauss (1978) denominou de uma “ordem negociada”.

O fundamento central da perspectiva da ordem negociada é, portanto, a ideia de que todas as ordens sociais são, em algum aspecto, construídas, disputadas, acordadas, *negociadas*, em processos complexos, com possibilidades e limites decorrentes de diferentes aspectos. O importante passa a ser, portanto, o reconhecimento dos conflitos e as negociações em nossos campos de atuação concretos, no sentido de apreendê-los e compreendê-los na prática e, com isso, contribuir para processos mais significativos no campo informacional e cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>>. Acesso em: 10 de julho de 2016

BUTLEN, M. **Les politiques de lecture et leurs acteurs, 1980-2000**. Lyon: Institut National de Recherche Pédagogique, 2008.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 2.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CAUNE, J. **La médiation culturelle: une construction d'un lien social**. 1999a. Disponível em: <<http://lesenjeux.u.grenoble3.fr/2000/Caune/index.php>>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

_____. **Pour une éthique de la médiation - Le sens des pratiques culturelles**. PUG: Presses Universitaires de Grenoble, 1999b.

_____. **Cultura e comunicação: convergências teóricas e lugares de mediação**. BARROS, Laan Mendes de (Trad.). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. (v.1).

CHARTIER, R.; DEL PRIORI, M. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Ed. UnB, 1999.

DAVALLON, J. La médiation: la communication en procès? **Médiations & Médiateurs**, n. 19, fev. 2004. Disponível em <<http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/viewFile/645/pdf>>. Acesso em: 1º de julho de 2016.

DUFRÊNE, B; GELLEREAU, M. **La médiation culturelle: enjeux professionnels et politiques**. Hermès, n. 38: p. 199-206, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1984.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MALHEIROS, A. S. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma.Com**, n.9, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/viewFile/700/pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2016

PERROTTI, E. Estações de leitura, dispositivos de mediação cultural e a luta pela palavra. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 26, n. 3, p. 93-112, 2016.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. *Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade*. In: LARA, M.L.G, FUJINO, A. NORONHA, D.P. (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 46-97. Disponível em: <http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/file/cienciaInformacao/informacaoContemporaneidade.pdf>>. Acesso em: 1o de julho de 2016

PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em Educação**. 2004. 194 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-14032005-144512/pt-br.php>>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

SERFATY-GARZON, P. **Dictionnaire critique de l'habitation et dulogement**. Paris: Armand Colin, 2003. p.27-30.

SIGNATES, L. Estudo sobre o conceito de mediação. **Novos Olhares: Revista de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos**, n. 2, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

VIRILIO, P. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.